



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/24 CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

Dispõe sobre a instituição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a tradução simultânea dos trabalhos parlamentares nas Sessões legislativas da Câmara Municipal de Vereadores de Formosa.

Autoria: Ver. Subtenente Clésio.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA aprova:

Art. 1º Fica assegurado aos surdos e deficientes auditivos o direito à inclusão, à comunicação e a informação através da tradução simultânea, por intérpretes do sistema LIBRAS, dos trabalhos parlamentares da Câmara Municipal de Formosa.

Parágrafo único. As sessões plenárias (ordinárias e extraordinárias) e as sessões solenes da Câmara Municipal de Formosa, bem como, as transmissões nas redes sociais, serão traduzidas simultaneamente por intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e demais recursos de expressão a ela associados.

Art. 2º Para executar o disposto nesta Lei, a Câmara Municipal de Formosa poderá firmar convênio, por meio de cessão de servidores com órgãos e entidades públicas ou privadas que atuem no atendimento de surdos e deficientes auditivos.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Formosa, 20 de fevereiro de 2024.



Vereador



Vereadora



Vereadora



Vereador



Vereador



Vereador



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/24 CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024



Vereador



Vereador



Vereador

┌



Vereador

Vereador

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Resolução visa reconhecer o que está estampada no bojo da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, na qual a Língua Brasileira de Sinais é o instrumento legal de comunicação e expressão das pessoas portadoras de deficiência auditivas. O Brasil é reconhecido pela ONU, OEA e outros organismos internacionais como modelo em legislação voltada para a proteção e inclusão social de pessoas portadoras de deficiências. Tal reconhecimento impõe que redobremos nossos esforços no sentido de aprofundarmos nossa legislação para que continuemos a servir de exemplo.

Relativamente, referindo-se à comunidade com deficiência auditiva do nosso município, o projeto de lei que ora propomos busca promover a inclusão desse segmento da população formosense. A fim de garantir os seus direitos ao exercício pleno da cidadania conforme preceitua toda a legislação contemporânea e é um dos preceitos fundamentais da nossa Constituição Federal.

Desta forma, as pessoas com deficiência auditivas que assistem às sessões, também, têm o direito à acessibilidade, não podendo existir barreiras de comunicação diante desta.

Além das reformas estruturais necessárias para atender e respeitar a lei de acessibilidade para as pessoas com deficiência de locomoção, o Legislativo entende a necessidade de fazer algo pelos surdos também, assegurando o direito linguístico dessa população que, como qualquer outra, tem o direito de saber o que acontece no município.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/24 CS, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

Pelo que propomos e tendo em vista tratar-se de matéria de relevante interesse social solicitamos a aprovação do presente Projeto de Resolução, contando com a colaboração do(a)s Nobres pares Vereador(a)s.

Ante o exposto, peço aos pares a aprovação desta matéria.